

100 anos de Paulo Freire

Celebração em Recife conta com a participação da ADUFPB

A ADUFPB, que participou ativamente da organização do Centenário Paulo Freire, esteve representada na atividade pela diretora de Política Educacional e Científica do sindicato, professora Rita Porto, que fez um relato da construção do Centenário e dos estudos sobre Paulo Freire na Paraíba. Páginas 2, 3 e 4



Professora Rita Porto, Diretora de Política Educacional e Científica da ADUFPB, e o professor Paulo Palhano, do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, na abertura do Centenário, em Recife.



Centenário de Paulo Freire

Obra e legado do educador são celebrados em evento realizado em Recife,
que contou com a participação da ADUFPB e de pesquisadores da UFPB

Professores, pesquisadores, estudantes, políticos e lideranças sociais homenagearam, nos dias 19 e 20, a memória do educador pernambucano Paulo Freire, um dos mais influentes nomes da pedagogia mundial. Ele completaria 100 anos no último domingo (19) e, para marcar a data, grupos da área de educação, no Brasil e no mundo, organizaram um grande evento, com atividades presenciais e virtuais, para celebrar a obra e o legado deixados pelo brasileiro.

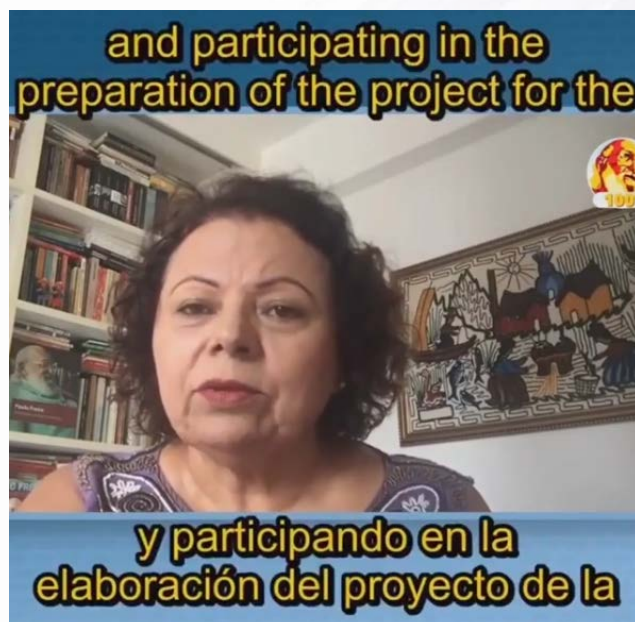
O evento ocorreu em Recife (PE), terra natal de Paulo Freire, mas contou com a participação de estudiosos e lideranças de várias partes do mundo por meio de mensagens em vídeo. A ADUFPB, que participou ativamente da organização do Centenário, esteve presente na atividade por meio da diretora de Política Educacional e Científica da entidade, professora Rita Porto, que foi uma das convidadas para compor o evento.

Coordenadora do Grupo de Estudos da Pedagogia Paulo Freire na UFPB e representante da ADUFPB no Coletivo Paraibano de Práxis Freireana (CPPF), a professora destacou a importância da obra do educador pernambucano, fez um relato sobre o processo de construção do Centenário e falou sobre os rumos das atividades do grupo formado na Paraíba a partir de agora.

Ela explicou que o CPPF foi criado em setembro do ano passado para construir a marcha rumo ao centenário de Paulo Freire. “Ele é composto por 18 grupos de pesquisa das universidades e dos movimentos sociais da Paraíba e, durante um ano, organizou 12 ciclos dialógicos em forma de lives com o objetivo de socializar o legado de Paulo Freire nos estudos, nas pesquisas e nas atividades de extensão”.

Nesses eventos, com transmissão online pelo YouTube da ADUFPB, além de debater temas da pedagogia freireana, o coletivo também homenageou alguns professores que já vinham trabalhando com o pensamento de Paulo Freire na Paraíba desde os anos 60 e contribuíram para o seu legado nos movimentos sociais e na academia.

“O coletivo vem contribuindo para o legado de Paulo Freire para a Educação e para os Direitos Humanos, apoiando a construção da escola freireana do GT Educação e participando da elaboração do projeto da cátedra



Reprodução do Youtube

A professora Rita Porto, Coordenadora do Grupo de Estudos da Pedagogia Paulo Freire na UFPB e representante da ADUFPB no Coletivo Paraibano de Práxis Freireana (CPPF), destacou a importância da obra do educador pernambucano e fez um relato sobre o processo de construção do Centenário Paulo Freire.

Paulo Freire da UFPB”, explicou Rita Porto.

No último dos 12 ciclos dialógicos, que foi realizado no dia 19 de agosto deste ano, o CPPF organizou uma atividade online de leitura e avaliação crítica das lives realizadas ao longo dos meses anteriores e aprovou a continuação das atividades do coletivo, reafirmando o compromisso das suas ações para além do centenário de Paulo Freire.

Com isso o grupo busca “continuar outras marchas, dialogando com diversos autores sociais, escolas públicas, projetos sociocomunitários, movimentos sociais, academia, comunidades tradicionais, instituições governamentais, grupos de direitos humanos, sindicatos, entre outros, para fazer reflexões sobre as novas leituras da realidade que se apresentam fundamentadas no pensamento crítico de Paulo Freire”, concluiu a professora Rita Porto.

Um educador que defendia o desenvolvimento da consciência crítica

Nascido no Recife, no dia 19 de setembro de 1921, Paulo Freire conviveu com dificuldades econômicas parte da infância e adolescência. Com a crise do final dos anos 20, a família de classe média, sustentada por um pai policial militar, começou a passar por problemas financeiros. A situação piorou quando o pai morreu, quando Paulo tinha 13 anos de idade. Conseguiu concluir os estudos com a ajuda dos irmãos, que começaram a trabalhar muito cedo para ajudar a sustentar a casa.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), que hoje faz parte da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Durante e após a graduação, atuou como professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, onde havia estudado. Já formado, também passou a dar aulas de Filosofia na Escola de Belas Artes da UFPE.

Em 1947, começou a trabalhar no Sesi como diretor do setor de Educação e Cultura. Foi nesse momento que tomou contato com a educação de jovens e adultos e iniciou a trajetória que culminou com o desenvolvimento de uma metodologia inovadora, reconhecida e estudada nos principais centros de ensino do mundo.

Paulo Freire questionava a alfabetização de adultos baseada no método tradicional, o mesmo utilizado para crianças, baseado na repetição e no “depósito” de conteúdos. Ele defendia que a alfabetização envolve não apenas a leitura da palavra, mas também a leitura do mundo e o desenvolvimento da consciência crítica.

Uma das novidades da sua proposta era a utilização de palavras comuns ao cotidiano dos trabalhadores como ponto de partida para a alfabetização, a exemplo de “trabalho”, “tijolo”, “terra”, “família”. Dialogando com eles sobre elementos que trans-

bordam significado, o professor seria capaz de traçar o caminho para o conhecimento.

Após sair do Sesi, em 1957, Paulo Freire passa a assessorar campanhas de alfabetização em várias cidades do país. Em 1963, em Angicos (RN), coordenou a mais famosa delas: um programa que alfabetizou cerca de 300 pessoas, cortadores de cana, em 40 horas. No ano seguinte, o golpe empresarial-militar o surpreendeu em Brasília (DF), onde coordenava o Plano Nacional de Alfabetização do presidente João Goulart. Freire passou 70 dias na prisão antes de partir para o exílio.

Em 1968, no Chile, escreveu seu livro mais conhecido, “Pedagogia do Oprimido”. Também deu aulas nos Estados Unidos e na Suíça e organizou planos de alfabetização em países africanos. Com a anistia, em 1979, voltou ao Brasil, integrando-se à vida universitária. Foi secretário municipal de Educação de São Paulo (SP), na prefeitura de Luíza Erundina. Foi nomeado doutor Honoris Causa de 28 universidades em vários países e teve obras traduzidas em mais de 20 idiomas.

Paulo Freire ganhou vários prêmios em todo o mundo como reconhecimento da relevância de seus trabalhos na área da educação, a exemplo do Prêmio Rei Balduíno para o Desenvolvimento (Bélgica, 1980), do Prêmio UNESCO da Educação para a Paz (1986) e do Prêmio Andres Bello como Educador do Continente – Organização dos Estados Americanos (1992).

Em abril de 1997, lançou seu último livro, *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Em maio do mesmo ano, faleceu, vítima de um infarto do miocárdio. Em 2012, por meio da Lei 12.612, de 13 de abril de 2012, de autoria da Deputada Federal Luíza Erundina, Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira.

Com informações do Andes-SN





Em Recife (PE), terra natal de Paulo Freire, o Centenário contou com a participação de estudiosos e lideranças de várias partes do mundo, por meio de mensagens em vídeo, e, também, com a presença professores e estudantes na Plenária Mundial Popular da Educação.



Vamos ajudar?



Coletiva Pachamamá pede adesão de todos à Campanha Fartura na Casa das Mães

“**Quem tem fome tem pressa!**” A célebre frase do sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho (1935-1997), nunca foi tão atual – infelizmente. No Brasil, com a pandemia de covid-19, o número de pessoas com algum grau de insegurança alimentar pulou de 57 milhões para 116,8 milhões, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em dezembro de 2020. Na Paraíba, para piorar a situação, pesquisa do Número de Identificação Social (NIS) mostra que tanto a incidência quanto a intensidade da pobreza são maiores em domicílios com presença de crianças.

Não é sem razão que a Coletiva de Mães Pachamamá, organização sem fins lucrativos, está mergulhada em mais uma campanha para mitigar os efeitos da fome entre mulheres/mães e crianças de João Pessoa. Iniciada em maio deste ano, a campanha Fartura na Casa das Mães pretende arrecadar e distribuir cestas alimentícias, material de higiene, kit anti-covid e material pedagógico para famílias. “A nossa intenção é estruturar um sistema de apoio que atenda às demandas crescentes pelos próximos seis meses”, diz Karla Maria Barbosa, uma das articuladoras da Pachamamá. Segundo ela, se o grupo conseguir meios para essa estruturação, serão distribuídas 500 cestas, ao final do período planejado – o que beneficiará cerca de 1,8 mil pessoas.

A Coletiva Pachamamá precisa da participação de todos que possam ajudar. A ADUFPB, por meio do Comitê Mulheres em Resistência, está engajada na campanha da Coletiva Pachamamá e convida os professores e professoras da UFPB a fazerem parte dessa rede solidária.

DOAÇÕES

A ajuda pode ser tanto por meio da doação dos itens necessários quanto por transferência bancária. Quem preferir entregar os produtos pode fazê-lo na sede sociocultural da ADUFPB, na praia Cabo Branco, ao lado do antigo Jangada Clube.

Já a contribuição em dinheiro pode ser realizada pela chave PIX coletivapachamama@gmail.com, na conta corrente em nome de Karla Maria da Silva Barbosa, do Banco do Brasil.



O que doar

- Produtos alimentícios (kit cesta básica);
- Álcool, máscara e sabão neutro (kit anti-covid);
- Fraldas, lenço umedecido, pomada para assadura (kit higiene infantil);
- Absorvente, desodorante, creme dental, shampoo (kit higiene feminina);
- Massinha de modelar, papel, tinta guache, lápis, borracha, pincel (kit pedagógico infantil).

COLETIVA DE MÃES PACHAMAMÁ NAS REDES SOCIAIS

 @coletiva_pachamama

 @coletivapachamama



CAMPANHA **FARTURA NA CASA DAS MÃES**

A CAMPANHA FARTURA NA CASA DAS MÃES PRETENDE ARRECADAR E DISTRIBUIR CESTAS ALIMENTÍCIAS PARA MITIGAR OS EFEITOS DA FOME ENTRE MULHERES/MÃES E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM JOÃO PESSOA. VOCÊ PODE AJUDAR TAMBÉM DOANDO MATERIAL DE HIGIENE, KIT ANTI-COVID E MATERIAL PEDAGÓGICO. CADA CONTRIBUIÇÃO É IMPORTANTE!



ENTREGUE OS PRODUTOS NA
SEDE SOCIOCULTURAL DA ADUFPB
(PRAIA CABO BRANCO)

DOE PELA CHAVE PIX:
COLETIVAPACHAMAMA@GMAIL.COM
CONTA CORRENTE: KARLA MARIA DA SILVA BARBOSA
BANCO DO BRASIL

A COLETIVA PACHAMAMÁ PRECISA DE VOCÊ! **DA SUA AJUDA!**



@coletiva_pachamama



@coletivapachamama



QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SÓ!

Comissão da Câmara aprova “Reforma Administrativa” e PEC 32 vai para plenário

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para analisar a chamada “Reforma Administrativa” aprovou o texto do projeto no final da tarde desta quinta-feira (23/9). Por 28 votos a 18, os deputados deram aval à Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que agora será levada ao plenário da Casa, onde precisará ter 308 votos. O texto aprovado nesta quinta-feira foi o sétimo substitutivo elaborado pelo relator, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), e foi entregue à Comissão às 10h30, apenas sete horas antes da votação.

Durante todo o dia, servidores e servidoras realizaram manifestação em frente ao anexo 2 da Câmara dos Deputados. Mobilizações vêm acontecendo diariamente em Brasília desde que foi anunciado que o primeiro substitutivo à PEC 32 seria votado. A pressão dos últimos dias garantiu o adiamento da primeira votação e a mudança do texto do relatório do projeto.

Deputados de oposição também tentaram de várias maneiras barrar a votação desta quinta-feira, mas o presidente da Comissão, Fernando Monteiro (PP-PE), ignorou os pedidos de vistas e também de leitura do novo parecer ou de suspensão da sessão para apreciação do novo texto, conforme previsto no regimento interno da Câmara, segundo parlamentares.

Percebendo a força da rejeição ao projeto, o governo articulou e trocou 12 dos nomes indicados à Comissão, por entender que não teria os votos necessários para aprovar a medida. Essa manipulação

contou com o apoio do Partido Novo, que colocou sete dos seus oito deputados na Comissão Especial para votar com o governo, desrespeitando a regra da proporcionalidade.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ameaçou, inclusive, levar o texto à votação direto em Plenário, o que não teve apoio da base governista, por acreditarem que ainda não há votos suficientes para a aprovação.

Apesar da PEC ter passado na Comissão Especial, os fatos desta quinta-feira indicam que o governo está fraco e que a rejeição ao projeto é grande. Por esse motivo, a mobilização dos servidores e das servidoras deve seguir nos próximos dias para derrubar a medida, que será enviada ao Plenário da Câmara.

“O texto aprovado, a despeito de todas as alterações, chega como uma das versões mais perversas no que se refere ao ataque aos direitos dos servidores e das servidoras, à destruição do serviço público e ao atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso país. A resistência do ANDES-SN junto com demais entidades e categorias de todo país foi muito aguerrida, com a demonstração de muita bravura da diretoria nacional e representantes das Seções Sindicais. Seguimos na luta para barrar essa PEC no plenário, lembrando aos parlamentares que quem votar não volta!”, conclamou Sambara Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN.

Mudanças no texto

O sétimo substitutivo apresentado pelo relator Arthur Maia – e aprovado na Comissão – “ressuscitou” ataques que já haviam sido retirados do texto apresentado no dia anterior à votação. É o caso do Artigo 37-A, que autoriza a contratação e parceria com empresas do setor privado e organizações sociais para gestão dos serviços públicos. Além disso, o texto votado tira a prerrogativa do Legislativo de regulamentar as mudanças previstas na PEC, delegando ao Executivo fazê-lo, inclusive por Medida Provisória.

Entre os ataques contidos no substitutivo votado estão ainda o fim da estabilidade dos servidores públicos, a possibilidade de contratação de servidores temporários por dez anos para Saúde, Educação, Segurança Pública e todas as demais áreas que não sejam carreiras consideradas típicas de Estado, inclusive para cargos de gestão, o que irá favorecer indicações políticas, cabides de emprego e a possibilidade de corrupção. Permite ainda a redução de salário e jornada em 25% e a extinção de cargos e demissões de servidores dos cargos considerados obsoletos.

Votos necessários

Para alterar a Constituição, são necessários votos de, pelo menos, 3/5 dos deputados e das deputadas, ou seja, 308 votos a favor, nos dois turnos da votação. Já no Senado, são necessários 49 votos, também em dois turnos. Caso o texto enviado ao Senado seja alterado, a PEC volta para ser novamente apreciada na Câmara dos Deputados.

CAMPANHA VIRA VOTO



A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI AO
PLENÁRIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS

É HORA DE AUMENTAR A MOBILIZAÇÃO

COMPARTILHE OS VÍDEOS DA CAMPANHA E
PRESSIONE OS PARLAMENTARES

ACESSE NOSSO CANAL NO YOUTUBE:

 youtube.com/c/FrenteServiçoPúblico



Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

ATENDIMENTO VIRTUAL ADUFPB

O SINDICATO DISPONIBILIZA UMA SALA VIRTUAL PARA QUE VOCÊ TIRE DÚVIDAS E CONVERSE COM COLEGAS

Para acessar a sede virtual, acesse o site da ADUFPB
(www.adufpb.org.br) e clique no banner igual a este!

ATENDIMENTO:
segundas, quartas e sextas-feiras, das 09h às 11h



QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SOZ

ASSISTA!

ADUFPB transmite Festival do Japão

No canal do Youtube (www.youtube.com/user/ADUFPB)



24 e 25

SETEMBRO

ONLINE

 [_labeet](#)

 [Labeet](#)

 [ADUFPB](#)

 [www.ccta.ufpb.br/
labeet/contents/sakuraipe](http://www.ccta.ufpb.br/labeet/contents/sakuraipe)

Realização:



Apoio:

